


**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS  
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)  
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

**Regilson José Auzier Peixoto Junior**

**A CONTRIBUIÇÃO DA ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA DE  
CONSTRUÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO DE PAZ NO HAITI  
(MINUSTAH) APÓS O TERREMOTO DE 2010**

**Resende  
2023**

	<p><b>APÊNDICE II AO ANEXO B (NITCC) ÀS DIRETRIZES PARA A GOVERNANÇA DA PESQUISA E EXTENSÃO ACADÊMICAS NA AMAN</b></p> <p><b>TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL</b></p>	<p><b>AMAN 2023</b></p>
-----------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE DIREITOS AUTORAIS DE NATUREZA PROFISSIONAL**

**TÍTULO DO TRABALHO:** A CONTRIBUIÇÃO DA ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA DE CONSTRUÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO DE PAZ DO HAITI (MINUSTAH) APÓS O TERREMOTO DE 2010.

**AUTOR:** REGILSON JOSÉ AUZIER PEIXOTO JUNIOR.

Este trabalho, nos termos da legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado de minha propriedade.

Autorizo o Exército Brasileiro (EB) a utilizar meu trabalho para uso específico no aperfeiçoamento e evolução da Força Terrestre, bem como a divulgá-lo por publicação em periódico da Instituição ou outro veículo de comunicação do Exército.

A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) poderá fornecer cópia do trabalho mediante ressarcimento das despesas de postagem e reprodução. Caso seja de natureza sigilosa, a cópia somente será fornecida se o pedido for encaminhado por meio de uma organização militar, fazendo-se a necessária anotação do destino no Livro de Registro existente na Biblioteca.

É permitida a transcrição parcial de trechos do trabalho para comentários e citações desde que sejam transcritos os dados bibliográficos dos mesmos, de acordo com a legislação sobre direitos autorais.

A divulgação do trabalho, em outros meios não pertencentes ao Exército, somente pode ser feita com a autorização do autor ou da Direção de Ensino da AMAN.

Resende, 27 de julho de 2023

  
 Cad Regilson José Auzier Peixoto Junior

Dados internacionais de catalogação na fonte

P379c PEIXOTO JÚNIOR, Regilson José Auzier

A contribuição da engenharia militar brasileira de construção para a consolidação da operação de paz do Haiti (MINUSTAH) após o terremoto de 2010 / Regilson José Auzier Peixoto Júnior – Resende; 2023. 37 p. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Glauco Bello Rodrigues

TCC (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, 2023.

1. Operação de Paz. 2. Haiti. 3. Manutenção da paz. 4. Engenharia militar brasileira. I. Título.

CDD: 355

Ficha catalográfica elaborada por Aline Viegas da Costa CRB-7/7409

Regilson José Auzier Peixoto Junior

**A CONTRIBUIÇÃO DA ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA DE  
CONSTRUÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO DE PAZ NO HAITI  
(MINUSTAH) APÓS O TERREMOTO DE 2010**

Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Ciências Militares, da  
Academia Militar das Agulhas Negras  
(AMAN, RJ), como requisito parcial para  
obtenção do título de **Bacharel em  
Ciências Militares**

Orientador: Glauco Bello Rodrigues

Resende  
2023

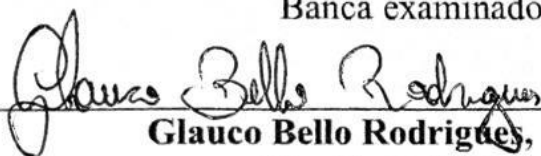
**Regilson José Auzier Peixoto Junior**

**A CONTRIBUIÇÃO DA ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA DE CONSTRUÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO DE PAZ NO HAITI (MINUSTAH) APÓS O TERREMOTO DE 2010**


Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**

Aprovado em 27 de julho de 2023:

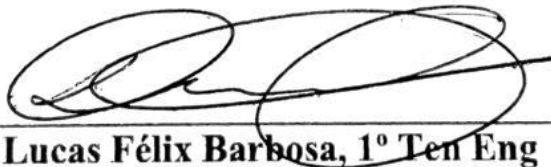
Banca examinadora:



**Glauco Bello Rodrigues, 1º Ten Eng**  
(Presidente/Orientador)



**Vinícius Carvalho de Figueiredo, Maj Eng**



**Lucas Félix Barbosa, 1º Ten Eng**

**Resende**  
2023

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, eu gostaria de agradecer a Deus por todo o apoio espiritual e mental que me deu durante todos esses anos de Academia, bem como por ter me dado saúde e vontade para superar todos os desafios que me foram impostos.

Também à minha mãe e meu pai, que são pessoas maravilhosas e me ajudaram na medida do possível, cada um do seu jeito peculiar de ser e de me apoiar, bem como minha família como um todo, que sempre torceu pelo meu sucesso e sempre foi quem acreditou em mim quando eu estava desacreditado de tudo. Não teria conseguido passar por muitas coisas se não fossem por eles, muito obrigado.

Ao meu orientador por sempre estar disposto a me corrigir e guiar perante este atribulado caminho que é a pesquisa e metodologia científica, dando o máximo de si para que eu pudesse galgar com o melhor aproveitamento possível meu objetivo de conclusão deste trabalho, bem como meus companheiros de turma que sempre se dispuseram a me auxiliar diante de tantas dificuldades que nos foram impostas.

## RESUMO

### A CONTRIBUIÇÃO DA ENGENHARIA MILITAR BRASILEIRA DE CONSTRUÇÃO PARA A CONSOLIDAÇÃO DA OPERAÇÃO DE PAZ NO HAITI (MINUSTAH) APÓS O TERREMOTO DE 2010

AUTOR: Regilson José Auzier Peixoto Junior

ORIENTADOR: Glauco Bello Rodrigues

As operações de paz tornaram-se, após grandes percalços e fracassos, um instrumento de estimada valia da manutenção da paz no âmbito mundial, principalmente das Nações pertencentes à Organização das Nações Unidas. O presente trabalho objetivou identificar sucintamente a contribuição da Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro (BraEngCoy) na Missão de Paz no Haiti antes, durante e depois do terremoto e as características evidenciadas pela atividade da tropa as quais foram de suma importância para o equilíbrio das variáveis das operações de paz e o seu conagraçamento como um todo. Ao revisar livros sobre operações de paz, foi identificada toda a dinâmica por trás destas, como as variáveis, as categorias e as gerações, bem como as posturas dos Estados-parte. Também foram explorados artigos científicos e trabalhos acadêmicos pautados na atividade brasileira na MINUSTAH que, ao abarcarem grande parte dos relatórios, apresentaram de forma completa a contribuição da Companhia de Engenharia Brasileira e possibilitaram a identificação das características indissociáveis e necessárias do trabalho da engenharia que foram o seu diferencial para a consolidação da operação: busca ativa na realização de ações em benefício da população; capacidade de atingir diversas classes sociais ; durabilidade dos trabalhos; mudança no ambiente. O Brasil, então, mostrou-se pronto a projetar-se internacionalmente no que tange o profissionalismo e capacidades de suas Forças Armadas e, a partir da engenharia brasileira, como mecanismo indissociável de *softpower* de qualquer operação de paz, alcançar o apoio da população, conquista imprescindível no teatro de operações.

**Palavras-chave:** Operações de paz. Engenharia Brasileira. Operação de Paz no Haiti. *Smartpower*.

## ABSTRACT

### **THE BRASILIAN CONSTRUCTION MILITARY ENGINEERING CONTRIBUTION TO THE CONSOLIDATION OF THE PEACE OPERATION ON HAITI (MINUSTAH) AFTER ITS 2010 EARTHQUAKE**

AUTHOR: Regilson José Auzier Peixoto Junior

ADVISOR: Glauco Bello Rodrigues

The peace operations became, after a lot of obstacles and failures, a huge value instrument to the worldwide peace maintenance, mainly to the United Nations belonging countries. This current work aimed to identify succinctly the Brazilian construction military engineering contribution in the peace operation on Haiti (MINUSTAH) throughout its duration, more precisely after the earthquake and the evidenced characteristics by the troop which was very important to the variables balance of the peace operations and its conclusion. After reviewing books that dialogue about peace operations, all the dynamics behind its course were identified, like the variables, the categories and the generations, same way the member states posture. Furthermore, scientific articles and academic works lined in the military Brazilian activity during the MINUSTAH which encompass the majority of the reports were explored, what not only showed in a complete form the military Brazilian company contribution but also allowed the identification of the main inseparable and necessary characteristics of engineering work that were the differential to the general consolidation: active search for carrying out actions for the benefit of the population; capacity of achieving miscellaneous social classes; works durability; changes in the ground. So, Brazil showed itself ready to occupy a prominent position about its armed forces professionalism and capacity and, with the Brazilian engineering company, as a smartpower inseparable mechanism of any peace operation, reach the population support, essential conquest during the combats.

**Palavras-chave:** Peace Operations. Brazilian Military Engineering. Peace Operation on Haiti.



## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Resumo das atividades realizadas pela engenhara nas diversas funções de combate em MCP.....	25
Tabela 2- Resumo das atividades realizadas pela engenhara nas diversas funções de combate em Ap Ge Eng .....	26
Tabela 3 – Características diferenciais da atuação da engenharia perante a operação de paz ...	31

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Intersecções e áreas cinzentas dos aspectos de operação.....	18
Figura 2 - Distribuição do orçamento total dos QIPs nas missões da ONU (acumulados entre 2005/2006 e 2015/2016).....	24
Figura 3 – Construção de infraestrutura da base .....	28
Figura 4 – Atividade de manutenção de rede mínima de estradas.....	28
Figura 5 – Quantitativo de mortes por terremoto desde 1900. ....	30

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ap Ge Eng	Apoio Geral de Engenharia
BRAENGCOY	Companhia de Engenharia de Força de Paz
BRABAT	Batalhão Brasileiro de infantaria de Força de Paz
Cia E F Paz	Companhia de Engenharia de Força de Paz
Cia Eng	Companhia de Engenharia
COLOG	Comando Logístico
COTER	Comando de Operações Terrestres
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DEC	Departamento de Engenharia e Construção
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção de Paz
EABOP	Exercício de Adestramento Básico de Operação de Paz
EME	Estado Maior do Exército
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti
MCP	Mobilidade, contra mobilidade e proteção
OM	Organização Militar
OM Eng	Organização Militar de Engenharia
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
QIP	Projeto de Impacto Rápido
UNEF	Força de Emergência das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	<b>14</b>
<b>1.1.1</b>	<b>Objetivo geral</b> .....	<b>14</b>
<b>1.1.2</b>	<b>Objetivos específicos</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>OPERAÇÕES DE PAZ</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Gerações das Operações de Paz</b> .....	<b>16</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Categorias das operações</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1.3</b>	<b>Variáveis das Operações de paz</b> .....	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL</b> .....	<b>25</b>
<b>2.3</b>	<b>A MINUSTAH</b> .....	<b>26</b>
<b>2.4</b>	<b>O EMPREGO DA ENGENHARIA NAS OPERAÇÕES</b> .....	<b>28</b>
<b>2.4.1</b>	<b>A atuação da BRAENGCOY</b> .....	<b>30</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL METODOLÓGICO</b> .....	<b>36</b>
<b>3.1</b>	<b>TIPO DE PESQUISA</b> .....	<b>36</b>
<b>3.2</b>	<b>MÉTODOS</b> .....	<b>36</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADO E DISCUSSÃO</b> .....	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>39</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil, como uma nação em busca de projetar sua imagem frente aos organismos internacionais e conquistar uma cadeira permanente junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), tomou parte em diversas destas operações de paz da ONU. Desde o envio de três militares à Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF), criada para repelir conflitos entre egípcios e israelenses e pôr fim à Crise de Suez, até sua última edição com participação de grande contingente na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). Saindo-se muito bem, as tropas do Exército Brasileiro que participaram, além de um ato solidário com benefícios nos campos bélicos (em se tratando do adestramento das tropas e intercâmbio com exércitos de diversos países), foram primordiais para a estabilização do Haiti em um momento de grande necessidade e calamidade públicas.

O país caribenho, que compartilha a Ilha de São Domingos com a República Dominicana, foi uma colônia francesa cujas lutas se iniciaram já como o primeiro país da América a conquistar a libertação dos escravos em 1794 e a própria independência em 1804. Contudo, não rompeu com a estrutura social oligárquica em que se baseou. Desta forma, detentor de uma história de instabilidade politico-humanitária desde seus primórdios, em fevereiro de 2004 apresentou instabilidade a ponto de, com a renúncia de seu presidente anteriormente eleito (grande coquista ao país à época), ver-se a necessidade da requisição imediata de assistência das Nações Unidas no apoio à atualização política e ascensão à presidência do país por parte do então Presidente da Suprema Corte Bonifácio Alexandre.

Não obstante, a figura de um país que enfrentava tamanhas dificuldades também teve que passar por um dos desastres naturais mais desestabilizante possível para sua situação, um terremoto de magnitude-7.0 na escala Richter, em 12 de janeiro de 2010, que deixou aproximadamente 230 mil mortes. Um evento o qual deixou suas marcas na história, com duas vezes mais mortes do que qualquer outro da mesma magnitude no globo.

A presente pesquisa científica justifica-se por buscar explicitar como a Engenharia Militar de Construção Brasileira agiu frente ao desafio de manter sua relevância, reconstruir e recuperar estabilidade político-social agravada no Haiti após o terremoto e contribuir para a consolidação de toda a operação de pacificação, almejando a um panorama dedutivo de como agir.

Diante do novo espectro dos conflitos, no qual o apoio da população, com seu nível de consentimento, é um dos principais objetivos para se evitar o recrudescimento do uso da força e a possível perda do controle da operação, faz-se, portanto, necessário entender a influência

da engenharia como elemento de softpower.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo geral

Identificar a contribuição para a boa conclusão de uma operação de consolidação da paz a partir das ações tomadas pela tropa de Engenharia Militar Brasileira na Operação de Paz do Haiti.

### 1.1.2 Objetivos específicos

Descrever a organização e o funcionamento de uma operações de paz da ONU;

Apresentar a participação do Brasil neste tipo de operação;

Relatar a atuação da BRAENGCOY antes, durante e após o terremoto de 2010;

Apresentar as características que possibilitaram uma contribuição efetiva da atuação da BRAENGCOY para manutenção da paz no Haiti .



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 OPERAÇÕES DE PAZ

Com o passar do tempo, o desenvolvimento das tecnologias bélicas proporcionou um ambiente de maior capacidade destrutiva nos campos de batalha. Neste sentido, a perspectiva que se tinha dos combates se modificou. Desde o seu uso na Segunda Guerra Mundial, os poderios atômicos possibilitaram o surgimento de uma consciência atômica e as consequências que as guerras levariam para o âmbito mundial, ambiente em que a importância dos organismos internacionais tornou-se vital.

Desde a ineficiência da Liga das Nações ao advento da Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, as lições aprendidas embasaram um terreno propício à organização de um sistema de paz coletivo aprimorado, ao passo que houve a proibição inequívoca do uso da força no cenário internacional. Assim, qualquer forma não justificada segundo os critérios estabelecidos na Carta das Nações Unidas deste uso se tornou um ilícito internacional. (MAIDANA, 2013).

A ideia de “segurança coletiva” ganha notoriedade no pós-1945, no momento em que a guerra interestatal não mais é reconhecida como meio legítimo de ação. Percebe-se, com isso, a emergência de uma ação coletiva internacional voltada para salvaguardar a paz e impedir “atos de agressão” de Estados dissidentes ou para auxiliar Estados frágeis. A manutenção da paz, nessa lógica coletiva, não mais depende de cada Estado por si próprio, nem de balanços de poder atuando em equilíbrio, mas de uma coletividade que deve agir por meio de uma lógica de intervenção, com ações pontuais, e com a mentalidade de corrigir as anomalias da ordem estabelecida (RODRIGUES, 2013 apud ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 9).

As operações de paz são mecanismos pelos quais os organismos internacionais buscam solucionar os conflitos e problemas, para que não haja perpetuação de guerra e sofrimento coletivo e, de acordo com o capítulo VIII da Carta da ONU, essas operações podem ter comando tanto em nome da própria organização quanto em nome de sistemas regionais como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). (OLIVEIRA, 2019).

Ao optarem por uma abordagem mais moderada, que é a preservação e manutenção de paz entre os povos, baseiam-se na teoria liberalista das relações internacionais, pensamento que confere o caráter economicamente ineficiente e imoral às guerras e propõe a união coletiva, a democracia, as instituições e o livre-comércio como meios para manutenção da paz mundial.

(JACKSON; SORENSEN, 2016 ).

As operações de paz das nações unidas são um instituto internacional que abarca um conjunto de atividades desenvolvidas sob seu comando, as quais apoiam a Comunidade Internacional na gestão de complexas crises que ofereçam ameaças à segurança e à paz. Resultam de séculos de experiências internacionais, envolvendo o a dicotomia ``guerra e paz´´, compondo outro viés: as ações para a manutenção da paz. (MAIDANA, 2013, p. 36).

Até chegar à atividade profissional e eficiente dos dias atuais, a ONU, por não ter a intervenção bélica como sua atividade fim, apresentou diversas gerações de emprego de cujas características convém o comentário, uma vez que ``muitas de suas definições e características são retiradas das experiências em campo, sendo lentamente sistematizadas por documentos e estudos por parte tanto das Nações Unidas como da doutrina em si´´(MAIDANA, 2013, p. 45).

Sua composição é conturbada, pois, como já mencionado, elas se originam de uma prática adotada pela organização, sem qualquer previsão específica da instituição. Somando-se a isso, o fato do modelo adotado ao longo do período da Guerra Fria se mostrar insuficiente para auxiliar nas questões do período posterior, devido ao aumento da complexidade dos conflitos. Foi-se atribuindo competências e atividades até então não previstas nem executadas por esse instituto e, na melhor lógica da ``tentativa e erro´´, as operações lançadas até então obtiveram diferentes resultados, oscilando entre o ``fracasso´´ e o ``sucesso´´ na consolidação do processo de paz. (MAIDANA, 2013, p. 44).

### **2.1.1 Gerações das Operações de Paz**

A divisão em gerações de emprego se dá de acordo com o a atividade realizada (em se tratando dos objetivos traçados, justificativas para a operação) e momento histórico, principalmente, uma vez que isso engloba as localidades em conflito, a vontade política dos Estados com maior influência no Sistema Internacional e a busca por participação ativa de alguns países de médio porte pelo protagonismo exterior. Logo, aceita-se de forma mais comum na doutrina até quatro gerações, embora haja outros modos de identificação, que variam com o grau de especificação das operações. (MAIDANA, 2013).

#### **2.1.1.1 Primeira geração ou tradicional**

As primeiras operações em nome da ONU iniciaram já três anos após sua criação, em uma localização já problemática à época e que viria a ser o berço de vários conflitos no futuro,

como missão mais antiga com constituição a partir de um mandato emanado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, característica a qual acompanhará também as outras gerações de emprego. Configurou-se este como instrumento que define os limites de atuação e servindo também de outro critério de diferenciação entre as gerações (MAIDANA, 2013). ``[...] as práticas do *peacekeeping* começaram em 1948, com observadores militares no oriente médio``. (UNITED NATIONS, 2008, p. 20 apud MAIDANA, 2013, p. 46, tradução do autor).

Essas ações se relacionam com as chamadas operações tradicionais ou de primeira geração, as quais não exigiam a formação de uma força armada em nome da ONU, mesmo sendo missões eminentemente militares, visto que não era sua missão precípua o combate. ``São missões muito mais simples se comparadas com as demais gerações, visto que o intuito é caracterizar uma presença internacional na zona de conflito para fazer valer a paz``. (MAIDANA, 2013, p. 47). Além disso, percebe-se como característica secundária, também, a não intromissão nos esforços políticos para a resolução do conflito diretamente ``[...] as missões desta natureza não se propõem a se envolver no processo político ou no conflito das partes para (re)estabelecer a paz. Limitam-se, mais uma vez, a observar o respeito a tratados firmados`` (MAIDANA, 2013, p. 51).

Tendo em vista essa diferenciação no campo das operações de paz, estas são voltadas para atividades efetivadas posteriores aos conflitos. Entre os empregos a serem realizados por estas, temos as atividades de: a) observação, monitoramento e elaboração de relatórios obtidos pelos meios consentidos pelas partes- patrulhamento, sobrevoo, etc.; b) supervisão de acordos de cessar-fogo e prestação de apoio aos mecanismos de averiguação destes; c) usar a interposição local como forma de atenuar os ânimos e como meio de consolidar a confiança das partes para selarem um acordo de paz e respeitá-lo; e d) realizar a vigilância das fronteiras para prevenção de infiltrações de outros atores. (MAIDANA, 2013, p. 49).

Desta forma, por estarem inseridas em meados da Guerra Fria, estas ações militares se mantiveram condizentes com sua situação. ``Tratam-se, de fato, de operações que corresponderam às exigências [e sensibilidade] típicas da Guerra Fria de interpor forças militares em conflitos locais ou onde as duas superpotências não podiam confrontar-se diretamente``. (CONFORTI; FOCARELLI apud MAIDANA, 2013, p. 51)

### 2.1.1.2 Segunda geração ou multidimensional

Após este período de bipolaridade, houve a instauração de nova geração de operações de paz, as de segunda geração ou multidimensionais, abarcadas por conflitos muito mais complexos. Havendo ruptura dos padrões anteriores, concluiu-se sobre a importância de outras atividades por parte da organização, tendo de se garantir primeiramente um ambiente minimamente estável para a implementação do processo de paz na região atingida, buscando suprir de forma ínfima a amplitude das seguranças de um Estado antes de partir para uma abordagem mais impositiva e militar: `` a experiência demonstrou que o braço militar não é adequado para a manutenção da ordem pública``. (ALESSI, 2007 apud MAIDANA, 2013, p. 53).

A multidimensionalidade advém deste viés extenso por assuntos políticos, jurídicos, policiamento civil, apoio militar, atividades administrativas, apoio logístico, dentre outros. Além disso, pela ocorrência de desentendimentos, principalmente, internos oriundos do mesmo país, evidenciando ainda mais o elemento civil como novo protagonista nos fatores de decisão e a necessidade de cooperação em operações conjuntas com atores não governamentais, organizações especializadas e regionais. (MAIDANA, 2013). ``Estas operações são tipicamente lançadas em um perigoso [contexto] de pós conflito [decorrente] de um combate interno violento e pode empregar uma mistura de capacidades militares, policiais e civis para dar suporte à implementação de um acordo de paz [...]``. (CONFORTI; FOCARELLI apud MAIDANA, 2013, p. 53).

Assim sendo, o espectro de atividades é muito mais abrangente. A fim de manter ou estabelecer a ordem, essas missões visam abarcar: a) a criação de um ambiente estável e seguro, enquanto se fortalece as capacidades do Estado hóspede, de prover sua segurança interna, com respeito ao estado de direito e os direitos humanos; b) facilitar o processo político pela promoção da reconciliação e do diálogo, além de auxiliar no estabelecimento de instituições efetivas e legítimas; c) promover um contexto que assegura a todos os entes envolvidos em atividades de campo, um funcionamento de forma coerente e integrada. (MAIDANA, 2013, p. 54).

### 2.1.1.3 Terceira geração

Já as operações de terceira geração são aquelas em que, diferentemente das outras duas últimas gerações, a força pode ser utilizada fora do escopo da legítima defesa. Com ações também aprovadas pelo capítulo VII da Carta das Nações Unidas, são voltadas à atividade de

imposição da paz-configuração de operação de paz que será explicada futuramente neste mesmo trabalho - sem o consentimento das partes, quando outras abordagens mais brandas estão falhando. (MAIDANA, 2013).

Em consonância com a incapacidade de missões precedentes em cumprir seus mandatos na ausência de consentimento ou cooperação concreta dos grupos em conflito, a opção por um novo perfil para as operações de paz foi vista como uma resposta ao aumento da descrença do seu poder moral no pós Guerra Fria. Tendo em vista que a defesa da imparcialidade a colocava diante do dilema de assistir, de forma inerte, aos massacres em Ruanda, Somália e Bósnia, a ONU centrou sua reação na maior utilização do uso da força. Esta opção gerou um novo impulso para a crescente mudança no equilíbrio entre a concepção de não intervenção e a garantia dos direitos humanos. Em meio às tentativas da ONU de reverter as acusações de inação, os direitos humanos começaram a ganhar terreno normativo, apontando para um movimento no qual se contestava a predominância dos direitos dos Estados em relação àqueles inerentes aos indivíduos. Não por acaso, motivações humanitárias estiveram cada vez mais presentes nas justificativas de intervenções da ONU (KENKEL, 2013 apud MACIEL; LEAL, 2020, p.143).

#### 2.1.1.4 Quarta geração

Por fim, as de quarta geração são alusivas ao elevado potencial do uso da força legítima e implementação de atividades de caráter humanitário para a geração de autonomia local (BELLAMY; WILLIAMS; GRIFFIN, 2010; KENKEL, 2013 apud MACIEL; LEAL 2020), uma mistura de ações de segunda e terceira gerações. Seriam, portanto, `` uma missão de construção de Estados``. (GORJÃO, 2004 apud MAIDANA, 2013, p. 59).

No lugar do foco tradicional das operações de *peacekeeping* na gestão dos conflitos e no estabelecimento de uma solução negociada entre as partes conflitantes, as operações com fortes elementos de *peacebuilding* estão mais atentas aos detalhes que caracterizam o conflito, utilizando a força, se necessário, para estabelecer as condições de uma paz mais “duradoura” `` (RICHMOND, 2004 apud MACIEL; LEAL, 2020, p.147)

### 2.1.2 Categorias das operações

Segundo Maidana (2013), o Secretário Geral das Nações Unidas Boutros Boutros-Ghali, à época de 1992, em seu documento de princípios e guias norteadores para as operações de manutenção de paz das nações unidas apresentou cinco categorias de atividade.

Vale salientar que, conforme visto na figura 1, elas podem ocorrer em conjunto e começando em diferentes momentos da operação. E, neste contexto, há a ideia dos meios de emprego da força: *softpower* como meio diplomático, sem uso da força para impor sua vontade; *hardpower* como o uso do poderio bélico para impor seus objetivos e o *smartpower* que é a mistura entre os dois. (BARROS; COSTA; FERREIRA, 2019).

As diferentes abordagens mencionadas (*peacemaking*, *peacekeeping*, *peace enforcement* e *peacebuilding*) têm, na prática, objetivos e funções que se sobrepõem e se mesclam. Apesar de, conceitualmente, dividirmos os tipos de operações de paz, é importante ter em mente que a intersecção entre elas é imprescindível, já que o *peacebuilding*, por exemplo, pode ser combinado com o *peacekeeping*, o *peacemaking* ou a assistência humanitária. (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 11)

Figura 1- Intersecções e áreas cinzentas dos aspectos de operação



Fonte: ONU (2008)

### 2.1.2.1 Diplomacia Preventiva

A primeira delas é a diplomacia preventiva. Esta não seria considerada uma operação de paz em si, uma vez que busca estabelecer relações diplomáticas antes da ocorrência dos conflitos. ``Tem respaldo no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, contemplando a solução pacífica das controvérsias``. (FONTOURA, 2005 apud MENEZES, 2019, p. 21). Portanto, seria

a tentativa de contato por parte da ONU de resolução do conflito, diferentemente das operações de promoção da paz, nas quais a organização só serviria de mediadora. (MAIDANA, 2013).

Quando bem-sucedida a negociação, favorece a implementação das atividades tomadas no pós-conflito, principalmente em atividades de consolidação da paz, com o intuito de implementar um processo de paz, na região que estava em vias de entrar em conflito. São, literalmente, atividades preventivas de embates armados entre Estados litigantes ou facções políticas internas a um Estado [...] os principais objetivos dessa categoria de ação são: a) realizar medidas que contribuam para construir a confiança entre as partes; b) averiguação dos fatos; c) efetivar mecanismos para aviso antecipado (*early warning*) de situações que venham a comprometer a paz principalmente através de parcerias com organizações regionais; d) a promoção do envio preventivo (*preventive deployment*) de forças que representem as Nações Unidas a qualquer pretensão de conflito. (MAIDANA, 2013, p. 65).

#### 2.1.2.2 Promoção da paz (peacemaking)

São ações também de meios diplomáticos, porém com o início do conflito já ocorrido, buscando o estabelecimento de acordos por mediação da ONU. Respalda-se no capítulo VI da Carta da ONU. (FONTOURA, 2005 apud MENEZES, 2019). “ [...] a ONU agiria como uma mediadora entre os confrontantes recomendando, via Conselho de Segurança, medidas para chegar às soluções pacíficas ou pedir mediação direta do Secretário Geral ou seu representante”. (MAIDANA, 2013, p. 66).

O Secretário-Geral desempenha um papel central na promoção da paz, tanto pessoalmente, como através de emissão de enviados ou missões para tarefas específicas, tais como de negociação ou de averiguação. Segundo a Carta, o Secretário-Geral pode chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que possa ameaçar a manutenção da paz e segurança internacionais. Para ajudar a resolver disputas, o Secretário-Geral poderá usar seus “bons ofícios” para a mediação ou o exercício da diplomacia preventiva. A imparcialidade do Secretário-Geral é uma das riquezas das Nações Unidas. Em muitos casos, o Secretário-geral tem sido fundamental para evitar uma ameaça à paz ou na garantia de um acordo de paz. (UNITED NATIONS, 2008 apud MAIDANA, 2013, p. 66).

#### 2.1.2.3 Manutenção da paz (*peacekeeping*)

São as mais comuns operações das Nações Unidas, “ Ao se lembrar dos ‘capacete azuis’, muitas vezes se remete diretamente a essa categoria de atividade de operações”.

(MAIDANA, 2013, p. 68). São atividades que comportam as funções de estabilização de áreas recém apaziguadas, bem como a supervisão dos acordos entre os beligerantes, com consentimento destas partes para a presença militar na região. (OLIVEIRA, 2019). Contudo, apresenta, também o caráter multidimensional, visto que é necessário também a união de ações voltadas à reconstrução da infraestrutura básica da localização, aludindo-se a atividades de consolidação da paz, outra categoria de operação. É o tipo de operação em que o Brasil se insere, haja vista que obedece ao artigo 4º da constituição brasileira de 1988, que explicita a necessidade de consentimento dos países sede da operação, não podendo ser uma intervenção de imposição da paz. `` Art. 4º A República Federativa do Brasil: rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos(...)``

Os princípios de política externa que têm guiado o Brasil, portanto, foram alinhados aos ideais de não intervenção, inviolabilidade da soberania e território, resolução pacífica de disputas, não uso da força e multilateralismo. Além disso, o Brasil carrega consigo forte engajamento em questões regionais (para a América do Sul) e em pautas ligadas ao desenvolvimento socioeconômico (Kenkel, 2010 apud ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 26).

#### 2.1.2.4 Imposição da paz (*peace-enforcement*)

São operações de conquista da paz por meios bélicos, referindo-se à terceira geração de operações de paz das Nações Unidas, podendo ocorrer sem o consenso total dos beligerantes pelo recrudescimento de uma operação anterior, baseando-se no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. (MAIDANA, 2013). ``Poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais`` (COLEMAN, 2007, p. 5; ONU, 1945, art. 42 apud ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 10).

#### 2.1.2.5 Consolidação da paz (*peacebuilding*)

São operações tomadas, normalmente em conjunto com outras ou em pós-conflito, para o restabelecimento das estruturas básicas de uma sociedade para que, com o fim das intervenções externas, esta possa manter-se em paz. `` Esse fortalecimento, em geral, é de longa duração, devido a sua complexidade, e se dá com auxílio internacional, envolvendo várias esferas como a política, a judiciária, a econômica, a social.`` (MAIDANA, 2013, p. 75).



Ações adotadas no fim de um conflito civil de forma a consolidar a paz e prevenir a recorrência de conflitos. Uma missão de *peacebuilding* envolve o uso de pessoal militar e civil de diversas agências internacionais, com o mandato de conduzir o *peacebuilding* em um país que acaba de sair de uma guerra civil (Paris, 2004, p. 38 apud ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 11)

### 2.1.3 Variáveis das Operações de paz

Após elucidar-se a perspectiva de tipos de operação, ainda se mostra importante conceituar as variáveis das operações de paz, os quais são os fatores mais importantes para o bom andamento de toda a intervenção e que, segundo Maidana (2013), formam a Tríade Fundamental das Missões de paz. Estes três princípios são interdependentes, podendo causar uma reação em cadeia e o recrudescimento da operação.

#### 2.1.3.1 O nível de consentimento

O consenso é importante, uma vez que se refere à própria soberania do local em questão e o nível de cooperação que se espera do Estado anfitrião. Demonstra o comprometimento das partes interessadas expressando a sua confiança e colaboração para se chegar ao fim da operação, refletindo a vontade política das partes para a resolução do conflito (MAIDANA, 2013, p. 88). É muito volátil, dependendo das ações tomadas pela força interventora, e muitas vezes é variável numa mesma região, ao passo que existe, principalmente em operações multidimensionais, importância de atores não estatais com influência direta sobre o conflito.

[...] é o caráter fundamental de alicerce jurídico e de legitimidade das operações e um modo geral, em que se respeita toda uma construção doutrinária e histórica acerca de intervenção internacional. Condicionando o lançamento de uma operação de paz à aceitação ou por parte dos Estados anfitriões, no caso de crise internacional, ou por partes claramente identificáveis que controlam seus territórios, havendo, portanto, interlocutores para negociar e buscar soluções para questões específicas em caso de conflitos intraestatal [...]. (MAIDANA, 2013, p. 83).

Desta forma, ao se entender a possibilidade de o nível de consentimento cair e a estabilidade da operação em se chegar à paz também se esvaír, o CSNU pode optar por uma abordagem mais agressiva.

Caso o Conselho de Segurança das Nações Unidas entenda que a operação ainda a operação ainda possa cumprir suas obrigações, o órgão pode, sem o consenso das partes e sobre o abrigo do Capítulo VII ``assegurar a continuidade da operação`` [...] iniciou-se uma campanha mais agressiva na região valendo-se em parte, do consenso anteriormente verificado. (MAIDANA, 2013, p. 88).

### 2.1.3.2 O grau de imparcialidade

Refere-se à não existência de um lado preferível em um conflito, não podendo haver o juízo de valor quanto a quem está certo ou errado por parte das tropas a ONU. Em resumo, ``operações de paz das Nações Unidas devem implementar o seu mandato sem prejuízo ou favorecimento de qualquer parte [...] devem ser imparciais nas suas relações com as partes envolvidas no conflito, mas não neutra na execução do seu mandato`` (UNITED NATIONS, 2008 apud MAIDANA, 2013, p. 90).

Vale destacar que, em Operações de Paz, as forças atuantes não estarão somente engajadas em ações de combate, mas também em trabalhos que requerem imparcialidade da tropa para que os objetivos da operação sejam atingidos. Não se deve ter às partes envolvidas uma visão de tropa inimiga, mas sim de agrupamentos que também buscam a solução de um conflito e almejam a paz. É importante se atentar ao fato de que, “quando se coloca o capacete azul” - que mundialmente identifica e simboliza aqueles que atuam nas Operações das Nações Unidas - o fim maior é a paz e a segurança internacional. (SOARES, 2019, p.23)

É importante para o estabelecimento da operação porque, se não for respeitada, a imparcialidade pode ocasionar o abaixamento no nível de consentimento e o posterior escalonamento da violência, se afastando do objetivo de paz. Se tornou ``crucial para a manutenção do consenso e cooperação das principais partes, mas não deve ser confundida com neutralidade ou inatividade`` (UNITED NATIONS, 2008 apud MAIDANA, 2013, p. 94)

### 2.1.3.2 O nível de uso da força

Rege a possibilidade de atuação em frente combativa apenas para legítima defesa ou para defesa do mandato. Estabelece, em suma, as regras de engajamento da operação e suas capacidades combativas. ``a) somente usar a força em resposta a um ataque, não iniciando um; b) somente fazer uso e armas em último recurso, tendo em vista que negociações em persuasões não surtiriam efeito; c) definir algumas situações para o uso da força.`` (MAIDANA, 2013, p. 99).

## 2.2 A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

A participação do Estado brasileiro em operações de paz antes não apresentava um protocolo formal e uniforme, não parecendo obedecer a objetivos claramente estabelecidos, principalmente em questões político-estratégicas. Primeiramente, houve o distanciamento do Brasil ante ao multilateralismo e à crença na instituição das Nações Unidas por, à época de 1970, diminuir o dinamismo entre as relações dos Estados e certa soberania destes.

Esta manobra foi produto do entendimento de que a organização estaria contribuindo para o “congelamento do poder mundial” entre as superpotências – tese esposada pelo Ex-Chanceler João Augusto Araújo Castro, que contou com ampla adesão dos formuladores de política externa do período. A atitude brasileira de tentar independência em relação aos constrangimentos impostos pela dinâmica do sistema internacional nesse momento foi descrita por Gelson Fonseca como a “autonomia pela distância” (KENKEL, 2012, p. 216).

Contudo, a partir das ações concebidas em Angola e Moçambique, em meados de 1990, a política estratégica brasileira começou a se mostrar com uma relevância maior, norteador as principais atividades. A dicotomia que abarca, atualmente, tais fatos advém tanto por um ideal solidário quanto pela vontade de aumentar a influência pátria: “de acordo com o pensamento diplomático brasileiro, o exercício de solidariedade ativa atende o interesse nacional como forma de projeção de poder e influência do país no cenário internacional no longo prazo.” (KENKEL, 2012, p. 226).

Esta dimensão pragmática da política externa brasileira estaria fundada não somente na ambição de escalar as cordilheiras da política multilateral, mas também no afã de ampliar o que se considera “área de influência” da política externa. Contudo, ainda que a presunção sobre a ampliação da área de influência seja verdadeira, esta não seria completamente contraditória com uma disposição real de prestar solidariedade a um país “amigo”, “irmão” ou que, de forma mais explícita, recaia na presumida área de influência do Brasil. (KENKEL, 2012, p. 226).

Desta forma, pelo fato de o Brasil ser uma potência regional (no caso da América do Sul), busca reafirmar essa hegemonia e ganhar expressão e notoriedade no âmbito das Nações Unidas e no Sistema Internacional, almejando ao assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

O envolvimento brasileiro no Haiti parece ser fruto da percepção de que um papel de liderança é garantido pela participação ativa na resolução de problemas e tensões que afetam o sistema internacional. Para o país consolidar a sua imagem de liderança regional é necessário o envolvimento no Haiti; porém, ao colocar a participação na MINUSTAH como um medidor da capacidade do país para assumir responsabilidades internacionais do nível de um membro permanente do CSNU o Brasil assume um risco, porque passa a depender do êxito de sua participação na missão como forma de legitimar seu pleito por um assento permanente. (KENKEL, 2012, p. 247).

Tendo em vista o levantamento da necessidade de uma intervenção externa feita pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO) será responsável pelos contatos informais entre os países-membros da ONU aptos ao envio de tropas. A consulta ao governo brasileiro é realizada a partir da representação da Missão Permanente do Brasil junto à ONU, que apresenta, junto o conselheiro militar, a ligação entre o comando das forças armadas (BRASIL, 2013).

O Brasil participa dessas ações após vários trâmites legais e processuais, devendo ter a permissão do Congresso Nacional e respeitando a sua legislação interna. `` No ambiente interno, o ordenamento jurídico brasileiro prevê a autorização do Congresso Nacional para o envio de tropa para o exterior, excetuando-se os casos constitucionais de repulsa à invasão ou à agressão estrangeira, conforme disposto na Lei nº 2.593/56`` (BRASIL, 2013, p. 27).

### 2.3 A MINUSTAH

O Haiti, país que já apresentava um histórico de instabilidades desde sua conquista de independência em 1794, como pioneiro da conquista de libertação de escravos, alcançou um de seus ápices no começo dos anos 2000, ambiente que alertou o sistema internacional para uma provável intervenção no país.

No início do século XXI, o Haiti sofreu com a proliferação do tráfico de armas e de drogas, o recrudescimento da criminalidade, a desintegração e a politização da Polícia Nacional Haitiana, o desrespeito às leis, a instabilidade econômica e institucional e o empobrecimento da população, contribuindo para o surgimento de um ambiente inseguro e instável. (CABRAL, 2012 apud COSTA, 2018, p. 22)

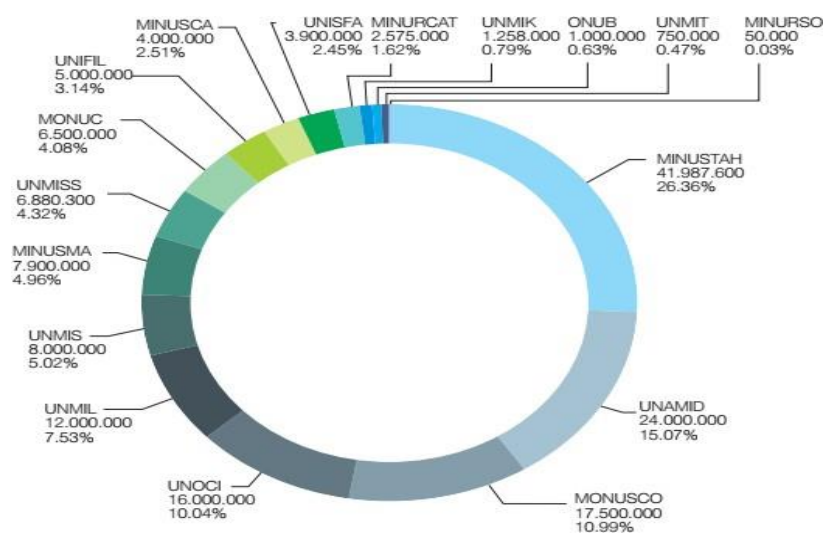
Este cenário que a tropa brasileira iria encontrar, algo a princípio não planejado, implicou à obrigação de mudança de postura no nível de emprego da força.

Cabe destacar que a particularidade da MINUSTAH também foi ressaltada pelo fato de não se tratar de uma missão de paz clássica, mas sim de uma missão complexa em um ambiente de violência urbana

generalizada, que, neste sentido, requer que a tropa seja muito bem treinada, devido ao envolvimento de civis e ao cenário urbano, principalmente em Porto Príncipe, onde a maioria dos contingentes está desdobrada. Os primeiros contingentes brasileiros precisaram readaptar a sua forma de atuação. O primeiro deles tinha sido preparado para enfrentar uma missão de manutenção da paz baseada no capítulo VI; no entanto, ao chegar ao terreno, modificou-se esta avaliação, de forma que o segundo contingente já sabia que enfrentaria um ambiente hostil. Foi apenas com o terceiro contingente, entretanto, que os militares receberam treinamento para atuar em uma missão de capítulo VII (GIULIANA, 2008 apud KENKEL, 2012, p. 247)

Convém salientar a grande importância da participação, até então, inédita do Brasil em operações deste vulto, principalmente com o papel de protagonista cuja liderança se dava com a presença de um *Force Commander* brasileiro desde sua instauração, ao passo que a MINUSTAH se mostra como uma das mais importantes operações neste quesito, abrangendo a maior parte do orçamento da ONU para os projetos de impacto rápido nos períodos de 2005 a 2015, que “são projetos de pequena escala e baixo custo, que têm por objetivo principal consolidar a confiança da população local na missão e no processo de paz de maneira geral” (HAMANN; GARBINO; FOLLY, 2017, p. 1) (figura 2) .

Figura 2 - Distribuição do orçamento total dos QIPs nas missões da ONU (acumulados entre 2005/2006 e 2015/2016)



Fonte: HAMANN; GARBINO; FOLLY (2017)

A missão foi estabelecida a partir Resolução nº 1542, de 30 de abril de 2004, do Conselho de Segurança das Nações Unidas do Conselho de Segurança das Nações Unidas devido à deploração e violação de direitos humanos da população civil instabilidade política a partir do governo de transição, bem como para a prevenção e controle do vírus da

imunodeficiência humana e pretensão da comunidade internacional para a assistência econômica, social e institucional do Haiti.

#### 2.4 O EMPREGO DA ENGENHARIA NAS OPERAÇÕES

Segundo o manual de campanha que trata sobre a Engenharia nas Operações, EB70-MC-10.237, esta é a Arma de apoio ao combate nos âmbitos da mobilidade, contra mobilidade e proteção nas operações (MCP), abrangendo os tipos de operação ofensiva e defensiva em seus diversos tipos de apoio. Além disso, também realiza atividades de apoios gerais de engenharia (Ap Ge Eng), com todos os trabalhos voltados para a multiplicação do poder de combate da força amiga.

A engenharia é a arma de apoio ao combate que tem como missão principal apoiar as operações conduzidas pela Força Terrestre, por intermédio das atividades de Ap MCP e Ap Ge Eng. Estas atividades visam multiplicar o poder de combate das forças amigas e a destruir, neutralizar ou diminuir o poder de combate inimigo, propiciando a conquista e manutenção dos objetivos estabelecidos (BRASIL, 2013, p 2-1).

Neste sentido, a Engenharia realiza trabalhos no terreno modificando acidentes naturais, utilizando artificiais, (re)construindo instalações. Está presente em todas as funções de combate tanto, como descrito, na MCP (Tabela 1), quanto em Ap Ge Eng (Tabela 2) (realizando sua missão precípua de apoio, ao passo que contém aspecto logístico próprio de sua atividade: “ A função logística engenharia é materializada pela realização das seguintes ações: a) previsão e provisão de material das classes IV (construção e fortificação) e VI (engenharia e cartografia) (...) d) planejamento e execução de obras e serviços de engenharia; e) gestão ambiental. ” (Brasil, 2013, p 2-6).

Tabela 1- Resumo das atividades realizadas pela engenharia nas diversas funções de combate em MCP

Mobilidade, Contramobilidade e Proteção					
Função de combate					
	Movimento e manobra	Proteção	Fogos	Inteligência	Comando e controle
Tarefa	Reconhecimento especializado de engenharia	Fortificação de campanha	Construção de espaldões	Reconhecimento especializado de engenharia	Construção de instalações de comando

Análise do terreno	Construção de instalações para proteção da tropa	Construção de acessos às posições de tiro	Análise do terreno	Outros
Transposição de barreiras	Remoção de artefatos explosivos	Outros	Outros	
Destruição de posições organizadas	Remoção de engenhos falhados			
Lançamento de meios de transposição de cursos de água	Remoção de dispositivos explosivos			

Fonte: Brasil (2018, p. 2-12)

Tabela 2 – Resumo das atividades realizadas pela engenharia nas diversas funções de combate em Ap Ge Eng.

Apoio Geral de Engenharia					
Função de combate					
	Logística	Proteção	Movimento e manobra	Inteligência	Comando e controle
	Construção de instalações logísticas	Construção de instalações para proteção da tropa	Manutenção da rede mínima de estradas	Reconhecimento especializado de engenharia	Construção de instalações de comando
	Recuperação de áreas danificadas	Construção de barreiras	Análise do terreno	Análise do terreno	Outros
	Gestão de patrimônio imobiliário	Anti DEI	Construção de estradas, aeródromos, heliportos	Outros	
Tarefa	Manutenção de hidrovias, rodovias, ferrovias	Camuflagem	Navegação em vias interiores		
	Manutenção de campos de pouso	Avaliações sobre riscos ambientais	Outros		
	Manutenção de sistemas e abastecimento de serviços essenciais	Obras e serviços de engenharia			

Tratamento de água	Combate a incêndio
outros	Outros

---

Fonte: Brasil (2018, p. 2-12)

Neste íterim, apresenta suas vertentes de combate e construção, esta última que mais se alinhou aos objetivos de reestruturação da infraestrutura básica nos países apoiados nas Operações de Paz.

#### 2.4.1 A atuação da BRAENGCOY

Com a aprovação do envio de tropas brasileiras, fez-se necessário, também, o planejamento para a organização e o adestramento de tropas de engenharia, uma vez que, como visto anteriormente, são indispensáveis no campo de batalha, tanto em ambiente de combate como em construção (tendo em vista uma operação de paz que busca reestabelecer a infraestrutura do local em que se insere).

Faz-se realçar que a missão da Engenharia nas Operações de Paz está direcionada para o apoio à mobilidade, para o apoio à proteção e para o apoio geral de engenharia, englobando a força apoiada e a população local [...] Com base nestas premissas, o Exército Brasileiro, por intermédio do Estado Maior do Exército (EME), assessorado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) e por outros Órgãos de Direção Setorial, tais como o Departamento de Engenharia e Construção (DEC) e Comando Logístico (COLOG), iniciou o planejamento para a organização da Companhia de Engenharia de Força de Paz (Cia E F Paz). (COSTA, 2018, p. 28).

Após passados todos os processos de seleção, preparação descentralizada e centralizada, com nivelamento dos conhecimentos do contingente a partir de instruções e exercícios: “o contingente é reunido em uma OM Eng, já sob o comando do Comandante da Cia Eng. Haiti, e é submetido a realização de diversos módulos de exercícios, culminando com os Exercícios de Adestramento Básico de Operação de Paz (EABOP) e o de Adestramento Avançado de Operação de Paz” (SILVA, 2012, p. 4)

“A Arma de Engenharia participou da MINUSTAH com um Pelotão subordinado ao BRABAT e, a partir de 2005, a Cia E F Paz, com um efetivo inicial de 120 militares.” (MENDONÇA, 2017 apud MARQUES, 2019, p.41).

A princípio, as atividades da engenharia na operação se relacionaram às de apoio ao conjunto, com a construção da infraestrutura dos acampamentos (figura 3) e estradas locais da



operação (figura 4). ``Durante a fase inicial da missão, os engenheiros preparam e constroem as bases e instalações que permitem o funcionamento da missão`` (UNITED NATIONS, DPKO, 2010 apud COSTA, p.2018).

Entre algumas obras já realizadas pela Engenharia brasileira no Haiti, tivemos a construção de instalações para as tropas que chegam para realizar as suas operações militares, construir abrigos, poços de água, fossas sanitárias, iluminar as áreas e lançar as redes hidráulicas são também missões da Companhia de Engenharia. Tudo em benefício da operacionalidade e do bem-estar das tropas da MINUSTAH. (SILVA, 2012, p. 4).

Figura 3 – Construção de infraestrutura da base



Fonte: COSTA (2018)

Figura 4 – Atividade de manutenção de rede mínima de estradas



Fonte: COSTA (2018)

Com o decorrer da operação, a engenharia realizou principalmente atividades de Ap Ge Eng com a construção de uma infraestrutura básica para o Haiti, bem como atividades de desminagem e desobstrução de vias. Além disso, tomou parte de projetos de cooperação civil-militar e projetos de impacto rápido (QIP). (COSTA, 2018).

Para marcar a presença das “Tropas de Engenharia de Força de Paz”, seu efetivo desenvolveu o projeto: “Mão Amiga”, reformando a Escola São José do Morrinho e a Creche Bezerra de Meneses, o segundo Educandário também recebeu cerca de 300 quilos de gêneros alimentícios doados voluntariamente pelos integrantes da Companhia de Engenharia de Força de Paz no Haiti. (SILVA, 2012, p. 7).

Essas atividades realizadas, desde sua implementação, já apresentavam resultados na percepção da população haitiana, angariando aos poucos o apoio local, tendo em vista as características de impacto do trabalho da engenharia, que serão revisadas posteriormente neste trabalho.

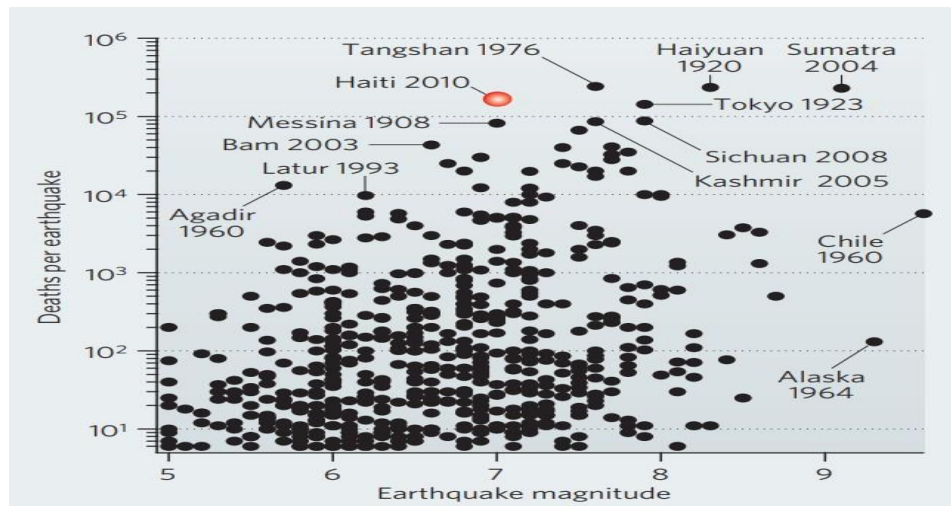
Dentre as categorias de trabalhos analisadas observa-se uma grande prevalência da categoria 1 (perfuração de poços) que ocorre em praticamente todos os contingentes. Este tipo de trabalho impacta a população em uma de suas necessidades básicas: o acesso à água potável. Em um país com as características fisiográficas do Haiti, que ainda são agravadas pela falta de saneamento básico, o acesso à água potável é um fator de grande relevância para a qualidade de vida e manutenção da saúde da população. Outras categorias que foram consideradas mais relevantes foram as de número 2 (Pavimentação de Vias), 3 (Melhoria de infraestrutura do país) e 6 (Desobstrução de vias e limpeza de áreas urbanas). Este tipo de obra resulta na mudança do ambiente, o que impacta na percepção das pessoas sobre a melhoria geral da qualidade de vida, além de reforçar a ideia de que a missão também trabalhava para o benefício geral da população. (BARROS; COSTA; FERREIRA, 2019, p. 72).

Com o terremoto do dia 12 de janeiro de 2010, que alcançou grau 7 na escala Richter, houve grande devastação e aumento da miséria no Haiti, com mortos e feridos de pouco mais de 15% dos 2,5 milhões de habitantes de Porto Príncipe e deixando 1,5 milhões de pessoas desabrigadas (BILHAM, 2010), sendo o evento que mais casou mortes comparado à sua magnitude (figura 5). Do exposto, a operação que, até então, estivera a caminho de terminar, contudo, encontrava-se com grande parte de seu progresso destruído. Desta forma, os primeiros esforços logo após a catástrofe foram voltados para reparação de danos.

Uma grande quantidade de prédios foi destruída, entre eles o presídio que abrigava grande quantidade de ex-membros das gangues que assolavam o país. Milhares de pessoas ficaram feridas e milhões

ficaram desabrigadas, concentrando-se em diversos campos de deslocados. Neste ambiente, as tropas da MINUSTAH tiveram que atuar para, em um primeiro momento, conter os efeitos humanitários da catástrofe, bem como evitar o cenário de desagregação social que ameaçava se instalar e fazer regredir todos os esforços de estabilização alcançados pela missão. (BARROS; COSTA; FERREIRA, 2019, p. 67)

Figura 5- Quantitativo de mortes por terremoto desde 1900



Fonte: BILHAM (2010)

A instauração do BRABAT 2 como medida de reforço e o apoio da BRAENGCOY a todo momento já mostrava o caráter indispensável das tropas de engenharia na estabilização da operação, uma vez que as tropas de arma-base tomaram postura de *hardpower* e a engenharia se voltou para o esforço de reconstrução da infraestrutura deteriorada, como *softpower*.

Nesta terceira fase, iniciada a partir da ocorrência do terremoto, as tropas voltaram a atuar fortemente na repressão de gangues, no patrulhamento de área de risco, especialmente nas áreas de refúgio de fugitivos, e na contenção de saques. Operações de busca e apreensão, de cerco e isolamento, além de ações de curta duração em áreas conflagradas foram realizadas continuamente, de modo que, ao final de três meses, cerca de 120 membros de gangues já haviam sido recapturados (LIMA, 2017). Esta nova fase, caracterizada por uma grande intensidade de operações militares ocorrendo paralelamente com um esforço humanitário e de reconstrução do país, estendeu-se até 2013—ano em que ocorreu a desmobilização do BRABAT 2—momento no qual a ONU entendeu que a missão havia alcançado os níveis de estabilidade próximos ao de antes do terremoto, e o contingente militar brasileiro passou a ser gradualmente reduzido até chegarmos ao término da participação militar brasileira na MINUSTAH, em 2017 (WALKER, 2018 apud BARROS; COSTA; FERREIRA, 2019, p. 67)

Do exposto, pode-se inferir que a engenharia militar brasileira na MINUSTAH apresentou grande influência nos níveis de consentimento das partes beligerantes e de apoio da

população, uma vez que, segundo a pirâmide de Maslow (segundo a hierarquia de necessidades do autor, que elencava e ranqueava as cinco categorias de demandas humanas para a ‘Teoria da Motivação Humana’), detinha papel importante de prover a base desta cadeia de necessidades.

Nesse contexto, as unidades de engenharia militar podem ser vistas como novo paradigma de manutenção da paz, nessa mudança mais ampla das operações multidimensionais. Por meio das atividades de construção, manutenção e modernização de infraestruturas críticas do país anfitrião, as unidades de engenharia militar da ONU não só facilitam a implantação do mandato, mas também ajudam a facilitar o comércio local e a melhorar a execução de assistência humanitária. (PEDRO, 2014 apud COSTA, 2018, p. 35)

Desta forma, algumas características importantes do trabalho da engenharia, que são indissociáveis de sua atividade, puderam ser evidenciadas para que a consolidação da operação de paz pudesse de fato ocorrer, como se vê abaixo (Tabela 3).

Tabela 3 – Características diferenciais da atuação da engenharia perante a operação de paz

<b>Busca ativa na realização de ações em benefício da população</b>	<b>Capacidade de atingir diversas classes sociais</b>	<b>Durabilidade dos trabalhos</b>	<b>Mudança no ambiente</b>
papel de reestruturação da sociedade que a engenharia de construção consegue empregar	as ações de engenharia beneficiam todas as classes da sociedade, com apoio das mais altas classes, há o elemento de influência de todas juntas	emprego com grande impacto, de forma permanente no terreno	alcança o fator psicossocial pela percepção de melhoramento, a capacidade facilitada de visualização do trabalho no terreno

Fonte: autor, adaptado de (BARROS; COSTA; FERREIRA, 2019, p. 72-74).

Destacada a influência da engenharia no contexto, após todos os acontecimentos, o Brasil conseguiu galgar expressiva conquista de estabilidade e projeção internacional.

Sintetizando os fatos apresentados, pode-se afirmar que o Brasil manteve um expressivo contingente militar em um país distante de seu território nacional, por treze anos, sustentado por sua própria capacidade logística. Se observarmos este fato sob a ótica no novo posicionamento da política exterior do governo da época, conforme explanado na seção anterior, veremos que a participação militar

brasileira serviu como uma demonstração de força do país [...]O Brasil mostrou-se capaz de projetar poder fora do seu território, realizando operações de caráter ofensivos contra grupos hostis, além de liderar um conjunto de países de diferentes culturas para alcançar um objetivo militar definido. Por meio desta demonstração de força, o Brasil mostrou ao mundo que possuía *hard power* suficiente para se candidatar ao papel de um ator de nível global, com peso proporcional ao seus *status* econômico e territorial. (BARROS; COSTA; FERREIRA, 2019, p. 68)

Como reflexo do trabalho bem realizado pelo Brasil em todos os períodos da operação, houve o reconhecimento por parte das Nações Unidas para com o país. Além da nomeação do General Santos Cruz como *Force Commande*, houve também outras consequências no âmbito internacional.

O reconhecimento do sucesso da atuação brasileira na MINUSTAH pode ser comprovado por fatos como a nomeação, no ano de 2013, do General Carlos Alberto dos Santos Cruz para o cargo de *Force Commander* da Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). Entre 2006 e 2009, o General Santos Cruz ocupou cargo similar na MINUSTAH, oportunidade em que as tropas travaram intensos combates e lograram a pacificação de importantes comunidades, como *Bel Air* e *Cité Militaire*(CAVALCANTI, 2014). Junto com sua nomeação, a ONU autorizou, pela primeira vez na história, que uma orça de paz tomasse a iniciativa de perseguir e destruir forças combatentes envolvidas em um conflito (BOECHAT, 2014). Durante sua permanência no cargo, o Brasil foi o único país no mundo a ter dois *Force Commanders* em atuação ao mesmo tempo. Outro fato indicativo do aumento da relevância brasileira na cena das operações de paz foi o convite das Nações Unidas para que o Brasil passasse a compor as forças de paz de missões de maior complexidade, como a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). (BARROS; COSTA; FERREIRA, 2019, p. 76).

### **3 REFERENCIAL METODOLÓGICO**

#### **3.1 TIPO DE PESQUISA**

Houve a consecução de uma pesquisa qualitativa e exploratória, em razão do estudo de caso da MINUSTAH, e também por buscar fazer a análise das ações tomadas pela Companhia Brasileira de Engenharia de Força de Paz durante o período descrito, bem como suas influências, não podendo haver quantificação quanto a essas características. Não obstante, procurou-se abarcar a base de conhecimentos relacionados a todas as variáveis de operações de paz, bem como a literatura que as envolve e trazer à tona a relação entre estes conceitos e a ação da engenharia.

#### **3.2 MÉTODOS**

Foi realizada uma pesquisa histórica sobre o Haiti, bem como uma revisão bibliográfica documental de livros, revistas científicas e manuais referentes à organização e detalhes das operações de paz, dos relatórios referentes à atividade da engenharia na operação de paz MINUSTAH, antes e após o terremoto, possibilitando a conclusão acerca da forma que se desenvolveu a contribuição da engenharia militar brasileira de construção para a manutenção da paz no Haiti.

## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Uma das coisas mais importantes para as operações de paz é a manutenção de suas variáveis, com o objetivo de evitar o recrudescimento do nível do uso da força e a perda de controle do combate e, por conseguinte, a perda de credibilidade tanto do organismo internacional quanto do Estado responsável, exatamente o que o Brasil, ao aspirar sua projeção internacional, não busca sob qualquer hipótese.

Portanto, após a pesquisa bibliográfica e o cumprimento dos objetivos estabelecidos, encontraram-se as características imprescindíveis à consolidação da operação de paz por parte das atividades de engenharia e a influência que ela causou como instrumento de *softpower* no contexto de busca pelo *smartpower*. Apesar de apresentar também atividades de cunho estritamente militar, como apoio em contra mobilidade, os efeitos de tarefas de construção cuja inserção se dá no Apoio Geral de Engenharia apresentaram melhores efeitos para a consolidação total da operação. Isto é, a engenharia consegue, por meio dos seus trabalhos, exercer o poder da tropa de forma mais branda, sem o uso ostensivo da força e galgar o apoio das partes beligerantes.

Neste ínterim, a busca ativa na realização de ações em benefício da população, a capacidade de atingir diversas classes sociais, a durabilidade dos trabalhos e a mudança no ambiente (como capacidade de visualização física de modificação) foram circunstâncias de suma importância e pontos de diferencial por parte das atividades da engenharia.

Desta forma, os trabalhos de engenharia se mostram como imprescindíveis ao Teatro de Operações em todas as fases (ou tipos) de operações de paz, buscando exatamente a consecução desse *smartpower*, haja vista a constante necessidade de serem realizadas as atividades relacionadas ao peacebuilding independentemente da fase da operação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar do tempo, desde a criação de organismos internacionais como a ONU, o início da sua intervenção em outros países em busca da conquista e manutenção da paz, a mudança das gerações dessas operações de paz, que acompanharam o aperfeiçoamento necessário da postura e engajamento dos Estados interventores, somado à evolução dos meios e tecnologias bélicos, difundiu-se um ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo, em que nações capazes de conter da melhor forma os conflitos (leia-se de forma mais eficiente e moral possível) conquistariam também projeção internacional, principalmente os países emergentes.

Neste contexto, o Brasil, como um país emergente de grande potencial, buscou sua projeção no âmbito do Sistema Internacional das mais variadas formas e, ultimamente, tem galgado melhores resultados com suas participações nas operações de paz da ONU, as quais se mostraram como positivas tanto para o adestramento da tropa quanto para difundir a disciplina e o profissionalismo das Forças Armadas Brasileiras internacionalmente, sem falar no fator dissuasório que se implica.

Como a mais efetiva delas até então, a MINUSTAH configurou-se como comprovante das capacidades bélicas e diplomáticas que o Brasil tem, tendo em vista o equilíbrio entre o *hardpower* e o *softpower* de sua ação.

Por fim, pode-se concluir que, independentemente da fase da operação, dos níveis das variáveis e a partir de boas práticas da própria instituição Nações Unidas, com a constante operação de *peacebuilding*, a engenharia militar brasileira de construção se torna instrumento de necessidade operacional, no que tange tanto ao contexto de *smartpower* no nível estratégico-operacional, bem como no nível tático nas ações pela busca de apoio das partes beligerantes, facilitando as tomadas de decisão e o dinamismo do combate aproximado.

Assim, sua contribuição para a consolidação foi, sucintamente, buscar manter os níveis de consentimento locais, bem como evitar o descontrole da operação como um todo e possibilitar a efetividade do trabalho executado. Como forma de materialização do sucesso obtido na operação, o Brasil, além de ter protagonismo com *Force Commanders*, também foi chamado a compor as forças de paz de missões de complexidade maior, como as da República Centro-Africana.



## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Israel; HAMANN, Eduarda; SOARES, Matheus. A participação do Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades. **Instituto de Pesquisa Econômica**, Rio de Janeiro, n. 2442, p. 7-41, 2019. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td\\_2442.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022
- BARROS, F; COSTA, R; FERREIRA, R. **Construindo a paz: a engenharia do exército como elemento de smart power do brasil na Minustah**. Porto Alegre: Rev. Conj. Aust, 2019.
- BILHAM, Roger. **Lessons from the Haiti earthquake**. New York: Nature, 2010, vol 463, p.878-879, fev.2010
- BRASIL. Ministério da Defesa. **EB-70-MC-10.237: A Engenharia nas Operações**. Brasília, Ministério da Defesa, 31 de outubro de 2018.
- BRASIL, Ministério da Defesa. **MD-33-M-01: Manual de Operações de Paz**. Brasília, Ministério da Defesa, 2013.
- COSTA, Gustavo Humberto dos Santos. **A participação da Companhia de Engenharia de Força de Paz na Reconstrução do Haiti**. Rio de Janeiro: Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2018.
- KENKEL, K.; MORAES, R. F. **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012.
- HUMBERTO, Gustavo. **A participação da Companhia de Engenharia de Força de Paz na Reconstrução do Haiti**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em ciências militares) - Escola de Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/3882/1/MO%205972%20-%20HUMBERTO.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022
- MAIDANA, Javier. **Operações de paz das Nações Unidas: atuação eficaz ou falácia?** Curitiba: Juruá, 2013.
- SOARES, Gabriel Oliveira. **Brasil no Haiti um caso de sucesso? Análise da missão das Nações Unidas de estabilização do Haiti à luz do direito**. Brasília, 2019.
- SILVA, Márcio Aparecido Pinheiro. **A participação da engenharia militar brasileira na missão das nações unidas para a estabilização no Haiti- MINUSTAH**. Jataí, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6288207-A-participacao-da-engenharia-militar-brasileira-na-missao-das-nacoes-unidas-para-a-estabilizacao-no-haiti-minustah.html>. Acesso em: 15 jun 2022.